

Considerações Finais

No Brasil, o debate sobre as políticas de transferência de renda ganhou fôlego com a constatação de que a desigualdade de renda, e não a carência de recursos, é a principal causadora e alimentadora do imenso contingente de pobres e indigentes existentes no país. Esse fato torna os programas de renda mínima, instrumentos ainda mais relevantes e viáveis para o alcance de uma sociedade mais justa.

Atualmente, a discussão sobre os programas de renda mínima se concentra não mais em distribuir ou não a renda, mas em como fazer e como obter um melhor resultado. O que parece é que questões operacionais estão sendo cruciais para determinar o sucesso ou fracasso desse tipo de política social ocorrendo um certo desvio de questões mais substantivas. Apesar do movimento do governo federal em centralizar seus programas de transferência de renda em um programa único, diversos problemas e dúvidas persistem. Como reduzir as fraudes presentes em programas públicos que movimentam recursos financeiros? Como comprovar a frequência escolar das crianças beneficiadas? Como evitar o uso político dos programas de transferência de renda? Como avaliar o impacto desses programas? Como desenvolver um acompanhamento às famílias no sentido de sua inclusão social e autonomia? Essas são apenas algumas das questões relacionadas ao momento atual dessa discussão.

Existe ainda o dilema entre exigir ou não uma contrapartida dos beneficiários. É um direito de cada cidadão receber uma pequena parcela da riqueza produzida em seu país? Ou apenas os mais pobres devem receber um auxílio financeiro condicionado a frequência escolar de seus filhos?

Pode parecer sutil, mas a opção por um desses formatos altera profundamente a estrutura de um programa de renda mínima. No primeiro caso, uma cara e complexa burocracia diminuem significativamente, na medida em que não é necessário encontrar os mais pobres, ou controlar se estão cumprindo as exigências, ou ainda buscar formas de avaliar quando podem deixar de receber o benefício e contribuir para a eliminação do estigma decorrente da condição de comprovação da necessidade. Na

segunda opção, toda essa burocracia é necessária, mas procura-se reverter o ciclo de carências através da educação.

Neste contexto a análise de um programa do porte do Cheque Cidadão é extremamente relevante, tanto pela sua dimensão como por sua peculiar forma de implementação. Ao utilizar entidades religiosas, em principal as evangélicas, para chegar aos beneficiários, o programa trás de volta antigas questões, que pareciam superadas com a conquista de um Estado Laico e com o reconhecimento da centralidade do Estado na implementação das políticas sociais..

A execução deste programa vinculada à entidades religiosas traz dilemas graves e representa um grande retrocesso para a política de assistência social. Esta, volta a ser - neste contexto - algo confessional, à mercê da moral de cada religião e de julgos morais das relações privadas e comunitárias. É espaço propício para práticas caritativas, de tutela e favor, clientelistas. A ênfase no voluntariado ainda vem reforçar concepções de que para prestar assistência basta ter boa vontade, desqualificando habilitações técnicas e dando margem para qualquer tipo de intervenção.

Além disso, cria uma total vinculação/dependência dos beneficiários com as igrejas, pois na prática são elas que têm o poder de entregar ou não os cheques. Os beneficiários não recebem os recursos como um direito seu a uma parte da riqueza produzida no estado, mas sim um favor do governante e da igreja distribuidora.

A pesquisa demonstrou que os beneficiários estão sujeitos a passar por vários momentos de discriminação, humilhação. Isso pode ocorrer no momento da inscrição onde tem de comprovar sua condição de mais necessitado diante de tantos outros; quando é mal atendido nos mercados conveniados; quando é prejudicado por um voluntário da entidade religiosa; e quando tem sua vida privada invadida, controlada, através das notas fiscais de suas compras mensais.

A cultura do favor, do clientelismo, presente no Programa Cheque Cidadão interfere negativamente na política de Assistência Social que ainda está em fase de legitimação e rompimento com idéias equivocadas. Tais práticas reforçam o ranço conservador que desqualifica a Assistência, a reconhece apenas como ajuda imediata para não desmotivar a população atendida para o trabalho. “A cultura política,

especialmente no caso da Assistência Social, vem sendo construída ao longo de um percurso histórico marcado pelo embate entre posições políticas e ideológicas conflitantes, que a definem, prioritariamente, sob a lógica do favor, em detrimento de sua confirmação sob a ótica do direito. A tarefa de remover o traço clientelista, que embaça a possibilidade de se efetivar um modelo democrático para a Assistência Social, não tem sido tarefa de fácil resolução”. (Oliveira,2003)

Muitos dos impedimentos de avanço da política de Assistência Social se encontram na esfera das representações sociais, do senso comum de vários segmentos, tais como: usuários, profissionais da área e até mesmo de pensadores e intelectuais. A confusão entre Assistência e assistencialismo é emblemática, existe uma dificuldade da área em romper com seu legado de caridade aos pobres necessitados, aos carentes, onde os serviços são prestados como benefícios, uma doação de um Estado benevolente e não como um direito de cidadania.

O assistencialismo faz com que a transferência de bens e serviços materiais seja percebida como um favor no qual o beneficiário se torna devedor. Além disso, é uma forma de manutenção da situação de pobreza das classes subalternas, tornando as pessoas dependentes dos mínimos distribuídos pelo estado e que em nada contribui para sua emancipação.

Programas como Cheque Cidadão, focalizados, com ações paliativas, e com forte e explícito clientelismo político representam o reforço das práticas de tutela, subalternidade. Ações emergenciais na Assistência são necessárias e devem ser realizadas. No entanto, para contribuir na perspectiva da cidadania e justiça social, terão que se vincular a outras ações, de inclusão, garantias de direitos e de geração de emprego e renda. Este programa se restringe ao benefício, não existindo na concepção e/ou prática um acompanhamento que vise a inclusão social e uma perspectiva de autonomia, emancipação.

O modelo clientelista continua a se reproduzir através de intervenções como essa viabilizada pelo Programa Cheque Cidadão que é extremamente eficaz na manutenção de uma cultura política pautada na troca de favores que reforça a subalternidade dos beneficiários e nega sua condição de cidadania.

Para o enfrentamento à pobreza e à exclusão social é “necessário superar o desenho das políticas sociais que opõem universalização e focalização, para integrá-las a um projeto articulado que responda a direitos dos cidadãos com políticas públicas universais permanentes e continuadas, cujas ações focalizadas são ativadas mediante as necessidades emergenciais que se apresentem em distintas conjunturas políticas. A pobreza e a exclusão social também não poderão ser eficazmente enfrentadas por medidas de impacto e visibilidade na mídia, mas destituídas do conteúdo estratégico que deveria mobilizar a ação social do Estado, para além da racionalidade econômica dos planos de estabilização financeira”. (Raichelis, 2000)

A saída para romper com as práticas clientelistas e populistas, entre outras ações, está relacionada ao fortalecimento da cidadania com a ampliação da consciência do indivíduo e das comunidades sobre seus direitos e as obrigações do Estado, principalmente nas áreas mais pobres e mais suscetíveis à tais práticas. É necessário também maior investimento na educação e no que é ensinado nas escolas, além de universalizar a oferta de outros bens públicos, tais como, infra estrutura, saúde. Dessa forma facilitaria a consciência da população frente ao líder político clientelista, ao perceber que, o que tal político oferece na base do favor não é mais do que uma responsabilidade de intervenção estatal, um direito para toda a comunidade, e aí o comércio do voto se enfraquecerá.

Para o avanço da Assistência Social, enquanto política pública asseguradora de direitos, é necessário um forte combate à ideologia neoliberal que orienta e determina as diretrizes dos programas de proteção social.

O Programa Cheque Cidadão, além de toda sua especificidade e das características de seus gestores, é mais um programa que “não foge à tendência histórica de prevalência de programas governamentais de tutela, de controle, de caráter pontual, de não-emancipação, e que, portanto, não asseguram direitos” (Macedo e Brito, 2004)

Cabe registrar que o processo de pesquisa foi bastante rico, na medida que permitiu desvendar práticas clientelistas, coercitivas, tutelares, de enquadramento dos usuários em diversos momentos da operacionalização do programa.

As principais limitações se deram na ausência de material disponível sobre a Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social e o programa cheque cidadão. Documentos, relatórios, avaliações da equipe praticamente não existem. Só tivemos acesso à decretos, folders de divulgação e material mais quantitativo do número de cheques distribuídos, entidades cadastradas, etc. Porém, os coordenadores do programa e os técnicos facilitaram o acesso aos materiais disponíveis e atenderam às solicitações, principalmente por ocasião das entrevistas.

Percebemos que ainda há muito que se desvendar e que outras questões que são tangenciais ao objeto estudado são muito interessantes e merecem aprofundamento, tais como, a Relação Igreja-Estado, o crescimento da população evangélica e sua influência política enquanto eleitorado e enquanto representante.

No entanto, espero ter contribuído para o debate dos programas de transferência de renda na política de assistência social e suscitado questões que poderão ser aprofundadas em outros estudos.

Por fim, enquanto Assistente Social comprometida com um projeto ético político que me coloca em defesa da democracia, da igualdade, dos direitos sociais, pretendo divulgar o máximo possível os resultados deste trabalho. As ações e práticas do programa cheque cidadão são regressivas para a Assistência Social enquanto política pública que tem por horizonte uma ampliação da cidadania e devem ser combatidas.